Relatório Técnico do exercício de 2017

Balanço

O Balanço da Federação Portuguesa de Motonáutica (FPM), a 31 de Dezembro de 2017, evidencia um valor de 70.099,53 euros, bem como um resultado positivo de 14.010,86 euros, apurado no corrente exercício.

Os ativos fixos tangíveis da Federação Portuguesa de Motonáutica alcançaram, naquela data, um montante bruto de 278.980,14 euros e um valor líquido de 6.660,59 euros (cujo peso percentual é de cerca de 10% no Ativo do Balanço). Os ativos não correntes incluem ainda a rubrica de investimentos financeiros, no valor de 1.429,39 euros, referente às contribuições efetuadas para o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT).

Os Ativos Correntes (dívidas de terceiros e disponibilidades) ascendem a um valor bruto de 83.880,45 euros, sendo que existe um ajustamento por imparidade no valor de 16.870,90 euros, referente a dívidas da empresa Aquactividade, e de 5.000,00 euros, referente à Junta de Freguesia de Melros. O valor líquido ascende a 62.009,55 euros, dos quais se salienta o valor de 51.796,14 euros relativo a depósitos bancários.

O segundo membro do Balanço da Federação Portuguesa de Motonáutica agrega os Fundos Patrimoniais e o Passivo, no valor total de 70.099,53 euros. Este valor resulta do Fundo de Capital de 5.552,52 euros e de um passivo no valor de 64.547,01 euros, de onde se destaca na rubrica de outros passivos correntes, o montante de 46.457,25 euros referente à verba não utilizada na execução do Contrato-Programa assinado com o Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), no valor de global de 209.225,00 euros.

O segundo membro do Balanço integra ainda: a rubrica de fornecedores, no valor de 5.113,12 euros, a qual inclui essencialmente os montantes em dívida relativos a assessoria jurídica e a rubrica de outros passivos correntes, no montante de 58.515,71 euros, a qual inclui para além do montante a devolver ao IPDJ referido anteriormente, os acréscimos de gastos (essencialmente, os encargos com férias e subsídios de férias dos trabalhadores), no valor de 10.148,29 euros, relativos ao exercício corrente mas que apenas se irão ser pagos no ano de 2018, e os outros credores, no montante de 1.910,17 euros. De salientar ainda que, no final do ano de 2017, a Federação não tem qualquer financiamento bancário.

A 31 de Dezembro de 2017, com o resultado líquido positivo apurado no exercício, no montante de 14.010,86 euros, conseguiu-se inverter a situação deficitária em que se encontra o Fundo Patrimonial, passando este a apresentar um valor positivo de 5.552,52 euros.

Demonstração de Resultados

Em termos de demonstração dos resultados, denota-se que houve um decréscimo dos fornecimentos e serviços externos no valor de 30.217,59 euros, acompanhado por um aumento dos outros gastos (23.828,56 euros) e uma diminuição dos gastos com pessoal (6.823,37 euros), decorrente da saída de uma funcionária durante o ano de 2017.

No corrente ano, os rendimentos ascenderam a um total de 272.298,10 euros, o que representa um decréscimo de cerca de 41.998,71 euros (redução de 13%), comparativamente com o ano anterior. Apesar da redução dos rendimentos, a diminuição dos gastos também verificada foi suficiente para gerar um resultado líquido positivo de 14.010,86 euros.

As comparticipações correntes contratualizadas com o IPDJ ascenderam a um total de 226.225,00 euros, dos quais não foram aplicados 52.176,28 euros, e que se encontram divididos por: (i) 162.757,75 euros (2016: 200.000 euros) destinados à gestão da Federação e ao desenvolvimento da prática desportiva, seleções nacionais e alto rendimento, (ii) 8.280,97 € (2016: 12.664,00 euros) destinados à organização de eventos internacionais e (iii) 3.000,00 euros (2016: 2.000,00 euros) referente ao Plano Nacional Formação de Treinadores. Neste exercício, não se verificou qualquer apoio ao Desporto para Todos (2016: 15.000,00 €).

As contribuições de outras entidades, nomeadamente Autarquias, ascenderam a um valor de 54.999,65 € (2016: 38.500,00 euros) e destinaram-se a suportar parte dos custos da organização de eventos nacionais e internacionais, bem como a divulgação e promoção da modalidade.

O resultado líquido do exercício obtido foi positivo, no montante de 14.010,86 euros, o que permitiu inverter a situação deficitária apresentada pelo Fundo de Capital, passando o mesmo a ascender, no final do ano, a um valor positivo de 5.552,52 euros.

A Contabilista Certificada

Houter Bashy

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE MOTONÁUTICA BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Montantes expressos em EURO

| NOTAC | PERIOD | OS |
|-------------|---|---|
| NOTAS | 2017 | 2016 |
| | 1 | |
| SAME S | AGRAGEO AS | |
| 17 (0.00 m) | | 7.660,79 |
| 6 | 1.429,39 | |
| - | 8.089,98 | 7,660,79 |
| 1 | | |
| | * | |
| 12 | 1.245,75 | |
| 7 | 7.652,78 | 3.793,33 |
| 8 | 221,00 | 50.437,28 |
| 10 | 537,32 | 2.113,53 |
| 9 | 500,00 | 500,00 |
| 4 | 51.852,70 | 27,75 |
| | 62.009,55 | 56.871,89 |
| | 70.099,53 | 64.532,68 |
| | | 3000 |
| | | |
| | 200700000000000000000000000000000000000 | |
| 1 1 | (8.458,34) | (49.841,07) |
| 1 – | - | - |
| | (8.458,34) | (49.841,07) |
| - | 14.010,86 | 41.382,73 |
| | 5.552,52 | (8.458,34) |
| | | |
| 1 1 | | |
| 1 1 | | - |
| - | | |
| l - | - | - |
| 11 | 5 113 12 | 20.138,80 |
| 1000 | 500000000000000000000000000000000000000 | 1.204,18 |
| 2000 | 5 7 6 7 7 7 7 | 1,204,10 |
| 1 200 | 100,00 | 39.577,29 |
| | | 55.577,25 |
| 14 | 58 515 71 | 12.070,75 |
| " E | 64.547,01 | 72.991,02 |
| | 64.547.01 | 72.991,02 |
| | | . 2.00 1/02 |
| | 70.099,53 | 64.532,68 |
| | 7 8 10 9 | 5 6.660,59 6 1.429,39 8.089,98 12 1.245,75 7 7.652,78 8 221,00 10 537,32 9 500,00 4 51.852,70 62.009,55 70.099,53 (8.458,34) 14.010,86 5.552,52 11 5.113,12 12 818,18 7 100,00 13 14 58.515,71 |

O Anexo faz parte integrante do Balanço de exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

A Direção

A Contabilista Certificada

Main Bashs

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE MOTONAUTICA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO EXERCÍCIO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Montantes expressos em EURO

| RUBRICAS | | PERÍODOS | |
|--|---------|--------------|--------------|
| RUDRICAS | NOTAS - | 2017 | 2016 |
| RENDIMENTOS E GASTOS | | | |
| Vendas e serviços prestados | 15 | 41.572,85 | 46.132,81 |
| Subsídios, doações e legados á exploração | 16 | 230.725,25 | 268.164,00 |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | | - | |
| Fornecimentos e serviços externos | 17 | (135.650,99) | (165.868,58) |
| Gastos com o pessoal | 18 | (50.329,94) | (57.153,31) |
| Imparidade das contas a receber (perdas/reversões) | 8 | | |
| Provisões (aumentos/reduções) | | | 2 |
| Outros rendimentos | 19 | 251,68 | ¥. |
| Outros gastos | 20 | (68.961,70) | (45.133,14) |
| Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | | 17.607,15 | 46.141,78 |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização | 5 | (2.485,71) | (1.808,91) |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | | 15.121,44 | 44.332,87 |
| Juros e rendimentos similares obtidos | | 9.66 | 10,14 |
| Juros e gastos similares suportados | 21 | (1.120,24) | (2.960,28) |
| Resultado antes de impostos | | 14.010,86 | 41.382,73 |
| Imposto sobre o rendimento do período | | | |
| Resultado líquido do periodo | | 14.010,86 | 41.382,73 |

O Anexo faz parte integrante da Demonstração de Resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

A Direção

A Contabilista Certificada

Haum Bashs

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE MOTONAUTICA

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES DO EXERCÍCIO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Montantes expressos em EURO

| DI IDDIA LA | | PERIODOS | |
|---|-------|-------------------------|--------------|
| RUBRICAS | NOTAS | 2017 | 2016 |
| Vendas e serviços prestados | 15 | 41.572,85 | 46.132,81 |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | | * | - |
| Resultado bruto | | 41.572,85 | 46.132,81 |
| Outros rendimentos | 16 | 230.986,59 | 268.174,17 |
| Gastos de distribuição | | - | |
| Gastos administrativos | | (100.458,96) | (84.294,73) |
| Gastos de investigação e desenvolvimento | | A CAROLIN SCHOOL SCHOOL | 1.00 |
| Gastos de organização de atividades | 1 1 | (155.463,77) | (182.998,05) |
| Outros gastos | 1 1 | (1.505,61) | (2.671,19) |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | | 15.131,10 | 44.343,01 |
| Gastos de financiamento | 21 | (1.120,24) | (2.960,28) |
| Resultados antes de impostos | 1 | 14.010,86 | 41.382,73 |
| Imposto sobre o rendimento do período | | × | 194 |
| Resultado líquido do periodo | | 14.010,86 | 41.382,73 |

O Anexo faz parte integrante da Demonstração de Resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

A Direção

Marroffyrddia

A Contabilista Certificada

Harbs Bush

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE MOTONAUTICA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Método Directo)

Montantes expressos em EURO

| | | PERÍODO | S |
|--|-------|--------------|---|
| | NOTAS | 2017 | 2016 |
| Actividades Operacionais | | | |
| Recebimentos de Clientes e Associados | | 37.813,40 | 42.339,48 |
| Pagamentos de Subsidios | 1 1 | - | - |
| Pagamentos de Apoios | | (8.000,00) | - |
| Pagamento de Bolsas | | (2.400,00) | (4.330,00 |
| Pagamentos a Fornecedores | | (80.600,49) | (56.953,37 |
| Pagamentos ao Pessoal | | (51.530,93) | (55.830,02 |
| Caixa gerada pelas operações | | (104.718,02) | (74.773,91 |
| Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento | | 2 | |
| Outros recebimentos/pagamentos | | (26.770,77) | (136.469,62 |
| Fluxos de caixa das actividades operacionals (1) | | (131.488,79) | (211.243,53) |
| Actividades de Investimento | | | |
| Pagamentos respeitantes a : | | - 1 | |
| Activos fixos tangíveis | 5 | (1.101,50) | (4.430,60 |
| Investimentos financeiros | 6 | (1.429,39) | (4.400,00 |
| Recebimentos provenientes de : | | | |
| Activos fixos tangíveis | 5 | 307,50 | |
| Juros e rendimentos similares | 100 | 9.66 | 10,14 |
| Fluxos de caixa das actividades de investimento (2) | | (2.213,73) | (4.420,46 |
| Actividades de Financiamento | | | |
| Pagamentos respeitantes a : | | | |
| Financiamentos obtidos | 13 | (100.500,00) | (208.000,00 |
| Juros e gastos similares | 21 | (1.120,24) | (2.960,28) |
| Recebimentos respeitantes a : | | | |
| Financiamentos obtidos | 13 | 66.500.00 | 200.000,00 |
| Outras operações de financiamento da actividade (IPDJ) | 16 | 226.225,00 | 228.575,00 |
| Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3) | | 191.104,76 | 217.614,72 |
| Variação de Caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3) | | 57.402,24 | 1.950,73 |
| Efelto das diferenças de câmbio | | | ,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,, |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | | (5.549,54) | (7.500,27) |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | 4 | 51.852,70 | (5.549,54) |

O Anexo faz parte integrante da Demonstração de Fluxos de Caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

A Direção

A Contabilista Certificada

Mark Bashs

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE MOTONAÚTICA

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Montantes expressos em EURO TOTAL dos Outras variações Resultados Resultado liquido MOVIMENTOS NO PERÍODO Notes Fundos fundos Fundos transitados do periodo patrimoniais Patrimoniais POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016 (36.615,60) (13,225,47) (49,841,07) Alterações do periodo: Alterações de políticas contab. Reconhecimento de subsidios ao investimento Resultado liquido do período 41.382,73 41.382,73 Resultado integral 28.157,26 Operações com Instituidores no período Fundos (13.225,47) 13.225,47 Outras operações (13.225,47) 13.225,47 POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016 (49.841,07) 41.382,73 (8.458,34)

Montantes expressos em EURO TOTAL dos Outras variações MOVIMENTOS NO PERÍODO Resultados Resultado líquido Notes Fundos fundos Fundos transitados do período patrimoniais Patrimoniais POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017 (49.841,07) 41,382,73 (8.458,34) Alterações do periodo: Alterações de políticas contab. Reconhecimento de subsídios ao investimento Resultado líquido do periodo 14.010,86 14.010,86 Resultado integral 55.393,59 Operações com Instituidores no período Fundos 41.382.73 (41.382,73) Outras operações 41.382,73 (41.382,73) POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017 (8.458,34) 14.010,86 5.552.52

O Anexo faz perte integrante da Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

A Director of the Comments of

A Contabilista Certificada

Heelm Bash



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE MOTONÁUTICA ANEXO ÁS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Montantes expressos em Euros)

1.Introdução

A Federação Portuguesa de Motonáutica (FPM), é uma pessoa coletiva de direito privada, constituída em 30 de Janeiro de 1965, sob a forma de associação sem fins lucrativos. Tem a sua sede na Av. Infante D. Henrique Muralha Nova S/N, em Lisboa.

A FPM foi considerada Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, por despacho do Primeiro-Ministro, em 1978, tendo obtido o Estatuto de Utilidade Pública Desportiva, através do Despacho nº 45/94, de 30 de Agosto, publicado na 2ª Série do Diário da República nº 209, de 9 de Setembro.

A FPM é membro de pleno direito da U.I.M. – Union Internationale Motonautique, desde 1964, Entidade que tutela a nível Mundial o desporto náutico motorizado, acreditada pelo C.O.I. – Comité Olímpico Internacional, e também membro efetivo da G.A.I.F – General Association of International Sports Federations. Ao nível nacional, a FPM está filiada no COP – Comité Olímpico de Portugal, e na CDP – Confederação do Desporto de Portugal.

Atividade

A Federação Portuguesa de Motonáutica rege-se pelos estatutos aprovados pela direção e pela lei vigente, designadamente pelo regime jurídico das federações desportivas, subsidiariamente pelo regime jurídico das associações de direito privado, e ainda pelas normas a que ficar vinculada pela sua filiação em organismos internacionais.

A Federação Portuguesa de Motonáutica tem como objetivo promover, regulamentar e dirigir, a nível nacional, a prática de motonáutica, nas suas diversas disciplinas, designadamente F1, F2, F4, T850, T750, PR750, Radio controlados, Hovercrafts, Jet ski, Motas de água, Ski náutico, Wakeboard e Wakeskate.

Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 04 de Abril de 2018, pelo presidente da Direção, Mário Gonzaga Ribeiro, atualmente em funções em consequência do acórdão proferido pelo Tribunal da Relação de Lisboa, datado de 24/01/2018.

É do entendimento da Direção que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da FPM bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.



2. Referência contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. Bases de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística das Entidades do Setor não Lucrativo (ESNL), conforme previsto no Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de Junho (o qual republica e passa a integrar as matérias do setor não lucrativo no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o de Contas e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL) e as Normas interpretativas.

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 foram obtidas a partir dos registos contabilísticos da Federação, os quais foram preparados, em todos os seus aspetos materiais, em conformidade com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística para as entidades do setor não lucrativo (SNC-ESNL).

As demonstrações financeiras incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa e o presente anexo.

As demonstrações financeiras foram preparadas na base da continuidade das operações e em conformidade com os conceitos contabilísticos fundamentais de prudência, consistência, especialização dos exercícios, substância sobre a forma e materialidade, respeitando as características qualitativas da relevância, fiabilidade e comparabilidade.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC-ESNL requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela entidade, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como dos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Direção e nas suas melhores expetativas em relação a ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

2.2. Derrogação das disposições do SNC-ESNL

Não existem, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-ESNL.

2.3. Indicação das contas de Balanço e de Demonstração dos Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Os valores do balanço a 31 de Dezembro de 2017 e da Demonstração dos Resultados em 2017 são na integra comparáveis com os do exercício anterior.



Em 2016, as demonstrações financeiras foram ajustadas tendo em consideração a alteração de denominação de algumas rubricas apresentadas no balanço e na demostração dos resultados, em resultado da adoção dos novos modelos de demonstrações financeiras previstos na Portaria 220/2015, de 24 de Julho.

3. Principais políticas Contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas de imparidade. Este custo inclui o custo de aquisição à data de transição para NCRF-ESNL, e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

As depreciações são calculadas dentro dos limites das taxas legalmente fixadas, de forma a reintegrarem os ativos durante a sua vida útil.

| Classe Ativo Fixo Tangível | Vida Útil |
|----------------------------|-----------|
| Equipamento básico | 8 anos |
| Equipamento transporte | 4 anos |
| Equipamento Administrativo | 3-8 anos |

A depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respetivo bem entra em funcionamento. Os bens de reduzido valor (valores unitários inferiores a 1.000,00 €) são amortizados no ano de aquisição e o respetivo dispêndio é reconhecido como gasto integral do exercício respetivo.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda liquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.2 Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros são constituídos pelas contribuições efetuadas para o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) e estão mensurados ao respetivo custo de aquisição que corresponde às entregas efetuadas pela FPM, enquanto entidade empregadora.



3.2. Créditos a receber

As rubricas de créditos a receber são reconhecidas ao justo valor (Valor nominal), deduzido dos respetivos ajustamentos por imparidade. As perdas por imparidade de créditos a receber são registadas, sempre que existe evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas de imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Ajustamentos de contas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais de 6 meses e descobertos bancários. Os descobertos bancários, se existirem, são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e são considerados na elaboração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.4. Fundos

Na rubrica de Fundos Patrimoniais a conta Fundos engloba a acumulação dos resultados líquidos aprovados referentes a cada período de prestação de contas.

3.5. Financiamento obtidos

Os financiamentos obtidos são reconhecidos ao custo e são classificados no passivo corrente e no passivo não corrente no caso de a entidade ter o direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os gastos com o pagamento de juros suportados no exercício encontramse registados na Demonstração dos resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

3.6. Imposto sobre o rendimento

A FPM é uma Instituição Desportiva de Utilidade Pública, não exercendo a título principal uma atividade comercial, industrial ou agrícola, pelo que beneficia de isenção de tributação em sede de IRC, ao abrigo do Artigo 10º do Código do IRC. Assim, os subsídios destinados a financiar a realização dos fins estatutários não são sujeitos a IRC, considerando-se ainda rendimentos isentos os incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito destinados à direta e imediata realização dos fins estatutários.

3.7. Benefícios aos empregados

A FPM não tem qualquer responsabilidade contratual com o pagamento de complementos de pensões de reforma.



3.8. Pessoal ao serviço da federação

O número médio de pessoas ao serviço da FPM foi de 4 (2016: 4 trabalhadores).

3.9. Provisões

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação:

presente legal e construtiva resultante de eventos passados;

ii) para a qual é mais provável de que não seja necessário um dispêndio de

recursos internos no pagamento dessa obrigação, e;

iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a obrigação é divulgada como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

A FPM não tem qualquer obrigação, objeto de constituição de provisão nem de reconhecimento de passivo contingente.

3.10. Rendimentos e Gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.11. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo a serviços no decurso normal da atividade da FPM. O rédito é registado líquido de qualsquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

3.12. Subsídio Monetários

Subsídios relacionados com rendimentos

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima e compensar deficits de exploração de um dado exercício são imputados como rendimentos desse exercício, salvo se se destinarem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios.

Os subsídios são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem.



Subsídios relacionados com ativos

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis, incluindo os subsídios não monetários, são apresentados no balanço como componente do Fundo Patrimonial e imputados como rendimentos do exercício na proporção das amortizações efetuadas em cada período.

3.13. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas com impacto nas demonstrações financeiras da FPM são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Direção, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a um reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

As estimativas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício são as que se seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.13.1. Provisões

A FPM analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.13.2. Imparidade

A determinação de uma eventual perda de imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da entidade, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas à federação.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Direção no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.



4. Fluxos de Caixa

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

| | 31-12-2017 | 31-12-2016 |
|--|------------|------------|
| Numerário | 56,56 | 27,75 |
| Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis | 51.796,14 | |
| 72 0 5074 00 | 51.852,70 | 27,75 |
| Descoberto bancário | | -5.577,29 |
| | 51.852,70 | -5.549,54 |

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Os movimentos dos ativos fixos tangíveis para os exercícios de 2017 e de 2016 são os seguintes:

| 1 de Janeiro de 2016 | Equipamento Básico | Equipamento Transporte | Equipamento Administrativo | O Activos F. Tangiveis | TOTAL |
|--|-----------------------|---------------------------|---|---------------------------|---------------------------|
| Custo de aquisição | 168.194,82 | 86.056,63 | 29.358.60 | 1,315,36 | 282,925.41 |
| Depreciações acumuladas | -162.004,04 | -86.056,63 | -29.358.60 | -467,04 | -277.886.31 |
| Valor liquido 1 Janeiro 2016 | 4.190,78 | 0,00 | 0,00 | 848,32 | 5.039,10 |
| Adições | 4.430.60 | 1-1 | | | 4.430,60 |
| Transferências e abates | | | | - 3 | 4.430,00 |
| Depreciação - Exercício | -1.808,91 | | | | -1.808,91 |
| Depreciação - trans. e abates | | | | | -1.000,81 |
| Valor liquido 31 Dezembro 2016 | 2.621,69 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.621,69 |
| Custo de aquisição | 170,625,42 | 86.056,63 | 29.358,60 | 1.315,36 | 207 252 24 |
| Depreciações acumuladas | -163.812.95 | -86.056,63 | -29,358,60 | -467.04 | 287.356,01 -279.695,22 |
| Valor liquido 31 Dezembro 2016 | 6.812,47 | 0,00 | 0,00 | 848,32 | 7,660,79 |
| 1 de Janeiro de 2017 Custo de aquisição | | | | | |
| Depreciações acumuladas | 170.625,42 | 86.058,63 | 29.358,60 | 1.315,36 | 287,356,01 |
| Valor liquido 1 Janeiro 2017 | -163.812,95 | -86.056,63 | -29.358,60 | -467,04 | -279.695,22 |
| valor ilquido i Janeiro 2017 | 6.812,47 | 0,00 | 0,00 | 848,32 | 7.660,79 |
| Adições | 307,50 | | 1,178.01 | | 1.485,51 |
| Transferências e abates | 37559757 | -9.861.38 | *************************************** | - 2 | -9.861.38 |
| Depreciação - Exercício | -2.056,93 | 9.861,38 | -428.78 | | 7.375,67 |
| Depreciação - trans. e abates | | | | | 1,010,01 |
| Valor liquido 31 Dezembro 2017 | -1.749,43 | 0,00 | 749,23 | 0,00 | -1.000,20 |
| Custo de aquisição | 170.932.92 | 76,195,25 | 30.536.61 | 1,315,36 | 278,980,14 |
| 4Depreciações acumuladas | -165.869,88 | -76.195,25 | -29.787,38 | -467.04 | -272.319.55 |
| Valor líquido 31 Dezembro 2017 | 5.063,04 | 0,00 | 749,23 | 848,32 | 6.660,59 |
| | | | | 2.10(9.0) | |

As aquisições de imobilizado no exercício de 2017 ascenderam a 1.485,51 euros e dizem respeito à aquisição de um motor usado, de um computador portátil e de uma impressora multifunções. Em 2016, as aquisições realizadas, no montante de 4.430,60 euros, diziam respeito à aquisição de dois motores e de material desportivo diverso.



6. Investimentos financeiros

A rubrica de investimentos financeiros diz respeito aos valores entregues referentes ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), no montante de 1.429,39 euros. O FCT é um fundo de capitalização individual destinado ao pagamento parcial (até 50%) da compensação por cessação do contrato de trabalho dos trabalhadores.

O FCT é um fundo autónomo, com personalidade jurídica, dirigido por um conselho de gestão. É financiado pelas entidades empregadoras, sendo a entidade gestora o Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P.

O valor do fundo corresponde à entrega por parte do empregador do valor de 0,925% da retribuição base mensal do trabalhador.

7. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, as quotizações de associados por liquidar ascendem a $7.652,78 \in (2016:3.793,33 \in)$, as quais respeitam na sua maioria a dívidas de receitas associativas do ano de 2017.

8. Outros ativos correntes

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016, os saldos da rubrica de Outros ativos correntes eram os seguintes:

| | 31-12-2016 |
|------------|-----------------------------------|
| 200 | 20,000,00 |
| | 20.000,00 |
| - | 15.000,00 |
| - | 2.589,00 |
| | 2.000,00 |
| - | 39.589,00 |
| tte | |
| 16.870,90 | 16.870,90 |
| 5.000,00 | 5.000,00 |
| -7 | 8.000,00 |
| 221,00 | 2.848,28 |
| 22.091,90 | 72.308,18 |
| -21.870,90 | -21.870,90 |
| 221,00 | 50.437,28 |
| | 221,00 22.091,90 -21.870,90 |

A dívida da empresa Aquactividade e o valor a receber da Junta de Freguesia de Melros encontram-se integralmente ajustadas (2016: 21.870,90 euros), dada a inexistência de expectativas quanto ao seu recebimento.

Em 2016, encontravam-se por receber verbas do IPDJ, no valor total de 39.589,00 euros, as quais foram integralmente recebidas no início do mês de Janeiro de 2017, assim como o valor em dívida do Município de Sines, no valor de 8.000,00 euros.



9. Outros Activos Financeiros

Os títulos de Capital incluem a participação no capital na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM) da Arruda dos Vinhos, CRL, no valor de 500,00 €, a qual se encontra registada ao custo de aquisição.

10. Diferimentos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016, estavam por reconhecer os seguintes gastos:

| | 31-12-2017 | 31-12-2016 |
|----------------------|------------|------------|
| Gastos a reconhecer: | | |
| Seguros | 140,98 | 1.322,79 |
| Outros gastos | 396,34 | 790,74 |
| | 537,32 | 2.113,53 |
| | | |

A rubrica Seguros inclui os prémios de seguro pagos anteclpadamente das apólices do ramo automóvel.

A rubrica de Outros gastos inclui, essencialmente, o valor pago antecipadamente com encargos de vigilância.

11. Fornecedores

A 31 de Dezembro de 2017, os fornecedores incluem as dívidas a um conjunto de fornecedores operacionais da Federação, das quais se salientam o montante a liquidar à sociedade PLEN Advogados, Lda no valor de 3.060,71€, referente a serviços de assessoria jurídica prestados no ano de 2017.

12. Estado e Outros Entes Públicos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016, os saldos com o Estado eram os seguintes:

| | 31-12-2017 | | 31-12-2016 | |
|--|--|--|------------|--|
| | Devedor | Credor | Devedor | Credor |
| Imposto s/ rendimento - IRS Contribuições p/ segurança social | 1.245,75 | | | 218,5 |
| | | 818,18 | | 985,68 |
| | 1.245,75 | 818,18 | | 1.204,18 |
| | The second secon | THE RESERVE AND DESCRIPTIONS OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TWO IS NOT THE PERSON NAMED IN COLUMN TWO IS N | | The second secon |

Durante o ano de 2017, a Federação não obteve quaisquer rendimentos comerciais enquadráveis no artigo 11º do Código do IRC pelo que não foi estimado valor de imposto a pagar (IRC).



13. Financiamentos Obtidos

Para colmatar as insuficiências de tesouraria, a FPM tinha contratualizado com a CCAM da Arruda dos Vinhos uma abertura de crédito em conta corrente, até um limite máximo de 40.000,00 euros, que no final de 2016 se encontrava utilizada em 34.000,00 euros, e que foi integralmente liquidada no início do ano de 2017.

Esta conta-corrente caucionada vencia juros mensalmente à taxa anual Euribor a 12 meses acrescida de um spread de 6,0% e estava garantida pela consignação de receitas presentes e futuras dos subsídios atribuídos pelo Instituto Português do Desporto e Juventude, IP, e por uma livrança com valor e data de vencimento em branco, até um montante máximo de dívida e eventuais encargos de 140% do valor do crédito.

Durante o ano de 2017, a Federação encerrou a conta bancária aberta na CCAM da Arruda dos Vinhos e a respetiva conta-corrente caucionada, não tendo a esta data qualquer financiamento contratado.

14. Outros passivos correntes

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016, os saldos da rubrica Outros passivos correntes eram os seguintes:

| 31-12-2017 | 31-12-2016 |
|----------------------|---|
| 46.457,25 | |
| 1.910,17 | 3.371,57 |
| 48.367,42 | 3.371,57 |
| 6.066,08 4.082,21 | 7.267,07 1.432,11 |
| 10.148,29 | 8.699,18 |
| 58.515,71 | 12.070,75 |
| | 46.457,25 1.910,17 48.367,42 6.066,08 4.082,21 10.148,29 |

A rubrica de Outros credores inclui, essencialmente, a verba não executada pela Federação relativamente ao Contrato-Programa das Atividades Regulares e Desenvolvimento da Prática Desportiva, assinado com o Instituto Português do Desporto e Juventude.

A rubrica Remunerações a liquidar inclui os gastos estimados com o pagamento das férias e subsídio de férias dos trabalhadores da Federação relativos ao exercício de 2017, os quais serão liquidados no ano de 2018. Este valor sofreu um decréscimo em relação ao ano anterior devido à saída de dois funcionários.

Em Outros acréscimos de gastos estão registados a estimativa de encargos com comunicações e com trabalhados especializados (auditoria e consultoria empresarial referente ao projecto "Promentor") relativos ao ano de 2017, ainda não faturados até ao final do ano corrente.



15. Rédito

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados diz respeito aos ganhos associativos, conforme se detalha:

| 31-12-2017 | 31-12-2016 |
|------------|--|
| | |
| 14.481,12 | 13.067,75 |
| 13.901,73 | 2.129,97 |
| 7.020,00 | 24.370,09 |
| 6.170,00 | 4.935,00 |
| | 1.630,00 |
| 41.572,85 | 46.132,81 |
| | 14.481,12 13.901,73 7.020,00 6.170,00 |

A rubrica "Reembolsos" respeita à recuperação de despesas pela Federação, junto da UIM. Em 2016, respeita às verbas reembolsadas à Federação por dirigentes e trabalhadores relativas a alojamento, alimentação e transportes

O decréscimo da rubrica de Seguros respeita à diminuição das receitas com os seguros desportivos dos atletas inscritos pela Federação.

16. Subsídios, doações e legados à exploração

O detalhe desta rubrica é apresentado como segue:

| AZERIA DINI NO REDI NO | 31-12-2017 | 31-12-2016 |
|---|------------------------------------|--|
| Subsídios do Estado e outros entes públicos Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) Desenvolvimento da prática desportiva Eventos Internacionais Formação de Recursos Humanos Desporto para Todos | 162.767,75 8.280,97 3.000,00 | 200.000,00 12.664,00 2.000,00 15.000,00 |
| Autarquias Outras entidades Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) | 174.048,72 | 229.664,00 |
| | 20.000,00 34.999,65 1.676,88 | 23.500,00 15.000,00 |
| | 56.676,53 | 38.500,00 |
| | 230.725,25 | 268.164,00 |

O decréscimo na rubrica "Subsídios" resulta, essencialmente, da redução 37.232,25 euros do Contrato-Programa de Desenvolvimento da Prática Desportiva celebrado com o Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), por falta de execução financeira da totalidade das verbas concedidas, as quais ascenderam a um valor global de 209.225,00 euros. Este contrato tem por objeto a concessão de uma comparticipação financeira para a execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo de Atividades Regulares, destinado ao apoio exclusivo dos custos com a organização e gestão da Federação, o desenvolvimento da atividade desportiva e com o projeto das seleções nacionais e alto rendimento. Em 2017, este contrato inclui também as verbas previstas para o Projeto "Promentor", no montante de 9.225,00 euros, o qual se encontra a ser desenvolvido pela Universidade Católica Portuguesa.



Em 2017, os eventos internacionais organizados pela Federação Portuguesa de Motonáutica foram o Campeonato da Europa de Aquabikes, em Mirandela, e o Campeonato do Mundo de F2, em Baião.

A FPM recebeu verbas, para além da comparticipação atribuída pelo IDPJ para o desenvolvimento da prática desportiva, de outras entidades desportivas, nomeadamente Autarquias e do Turismo do Porto e Norte de Portugal, no valor de 54.999,65,00 euros (2016: 23.500,00 euros) que se destinaram a suportar custos da organização dos eventos nacionais e internacionais, de acordo com o calendário de provas anual da Federação.

A rubrica de Instituto de Emprego e Formação Profissional inclui o apoio recebido pela Federação, no âmbito da contratação de um funcionário a termo certo.

17. Fornecimento e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é o seguinte:

| | 31-12-2017 | 31-12-2016 |
|-----------------------------|------------|---|
| Trabalhos especializados | 39.989,81 | 35.231,55 |
| Deslocações e estadas | 37.807,69 | 59.029,04 |
| Seguros | 11.236,81 | 9.211,77 |
| Conservação e reparação | 11.001,10 | 13.430,83 |
| Energia e outros fluidos | 10.402,51 | 20.736,86 |
| Rendas | 6.623,46 | 6.951,98 |
| Honorários e comissões | 5.443,07 | 3.494,60 |
| Materiais | 3.761,34 | 3,466,53 |
| Comunicações | 3.222,79 | 4.327,73 |
| Vigilância e segurança | 2.241,47 | 1.376,26 |
| Limpeza, higiene e conforto | 1.505,88 | 1.951,00 |
| Serviços bancários | 965,17 | 1.719,25 |
| Contencioso e notariado | 851,36 | 0.0000000000000000000000000000000000000 |
| Diversos | 598,53 | 4.941,20 |
| | 135.650,99 | 165.868,60 |

A conta "Trabalhos especializados" inclui os gastos com o pagamento de serviços de assessoria jurídica, contabilidade, serviços técnicos de assistências a provas (comissários), revisão legal das contas e os serviços de consultoria relativos ao projeto "Promentor Desporto", o qual tem por objetivo a promoção do desenvolvimento das capacidades dos quadros da Federação, ao nível da eficiência, da estratégia de gestão e da inovação bem como assegurar o reforço da sustentabilidade e da excelência da gestão.

A rubrica de "Deslocações e estadas" inclui as despesas suportadas nas deslocações e alojamento da direção e trabalhadores para a realização das provas do calendário anual, ao longo de todo o território nacional. O decréscimo verificado nesta rubrica resulta da redução do número de provas do calendário nacional no ano de 2017.

A rubrica de "Energia e outros fluídos" inclui, essencialmente, os gastos suportados com combustíveis (gasóleo) utilizados nas deslocações para a realização das provas da época desportiva.



18. Gastos com pessoal

Os gastos incorridos na rubrica de gastos com pessoal são apresentados no quadro seguinte:

| | 31-12-2017 | 31-12-2016 |
|----------------------------------|------------|------------|
| Remunerações: | | |
| Órgãos sociais | - | (14) |
| Pessoal | 36.575,49 | 45.315,88 |
| | 36.575,49 | 45.315,88 |
| Encargos sociais: | | |
| Encargos sobre remunerações | 7.855,51 | 9.135,50 |
| Seguros de acidentes de trabalho | 2.120,14 | 2.677,93 |
| Outros | 3.778,80 | 24,00 |
| | 13.754,45 | 11.837,43 |
| | 50.329,94 | 57.153,31 |
| | | |

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016, os órgãos sociais não auferiram qualquer remuneração, nos termos previstos nos estatutos da Federação.

19. Outros rendimentos

Esta rubrica inclui, fundamentalmente, a mais-valia, no valor de 250,00 euros, gerada na alienação de uma viatura automóvel que se encontrava totalmente depreciada.

20. Outros gastos

O detalhe da rubrica de outros gastos é apresentado no quadro seguinte:

| (#) O 27 | 31-12-2017 | 31-12-2016 |
|------------------------------------|------------|------------|
| Gastos com apoios concedidos | 65.892,75 | 40.343,82 |
| Impostos | 1.169,30 | 1.111,73 |
| Multas e penalidades | 916,89 | 124.84 |
| Correções de exercícios anteriores | 558,72 | 2.546,35 |
| Quotizações | 380,00 | 380,00 |
| Outros gastos | 44,04 | 626,40 |
| | 68.961,70 | 45.133,14 |

A rubrica "Gastos com apoios concedidos" inclui as seguintes verbas:

- Gastos com organização e promoção de eventos desportivos internacionais (Motonáutica e Jetski), no valor de 40.792,06 euros.
- Inscrições em provas internacionais e custo de filiação na Union Internationale de Motonautique (UIM) e na International Waterski Federation (IWF), no valor global de 25.040,42 euros (2016: 30.779,79 euros).

21. Juros e gastos similares suportados

Esta rubrica inclui os juros de financiamento (conta-corrente caucionada e livrança) incorridos junto da CCAM da Arruda dos Vinhos, no valor de 1.120,24 euros (2016: 2.960,28 euros).

22. Responsabilidades Contratuais

Em 31 de Dezembro de 2017, a FPM não tem quaisquer responsabilidades contratuais assumidas significativas não registadas ou divulgadas nas demonstrações financeiras.

23. Dividas em Mora ao Estado

Não existe qualquer divida em mora para com o Estado e a Segurança Social.

24. Acontecimentos após data de balanco

Até à data do encerramento das contas não temos conhecimento de qualquer acontecimento que possa alterar de forma significativa as contas agora apresentadas.

No entanto salientamos que a atual Direção está em funções em consequência do acórdão proferido pelo Tribunal da Relação de Lisboa, datado de 24/01/2018, no âmbito do procedimento cautelar que correu termos sob o número 8939/17.8T8LSB no tribunal Judicial da Comarca de Lisboa. Esta Direção vai manter-se em funções até às novas eleições. As eleições estão previstas para o próximo mês de Maio.

A Direção

A Contabilista Certificada

Haum Bash